PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA TERCEIRA VARA CÍVEL DA COMARCA DE LONDRINA - ESTADO DO PARANÁ.

Edital de leilão do bem penhorado do devedor **CLEIDE APARECIDA TAGLIARI TORRECILHA (CPF 328.536.539-00)**, e possibilidade de arrematação da seguinte forma:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 05 de Fevereiro de 2018 às 09h30min, que se realizará na Rua Minas Gerais, 297 – Ed. Palácio do Comércio, nesta cidade, por lance não inferior ao valor da avaliação. Na hipótese da não realização dos leilões nas datas designadas por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para sua realização.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 23 de Fevereiro de 2018 às 09h30min, que se realizará na Rua Minas Gerais, 297 – Ed. Palácio do Comércio, nesta cidade, subsequente, no caso de não haver interessados na hasta anterior e será vendido pela melhor oferta, ressalvado os casos de preço vil, nos termos do artigo 891 do Código de Processo Civil. Na hipótese da não realização dos leilões nas datas designadas por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia subsequente para sua realização.

DADOS DO PROCESSO:

Autos nº. 0016555-59.2005.8.16.0014 – Ação Monitória
Autos 3ª Vara Cível de Londrina
Exequente (CPF/CNPJ) UNOPAR – UNIÃO NORTE DO PARANÁ (CNPJ 75.234.583/0001-14) (fl. 01)
End. Exequente Rua Marselha, 183 – Jardim Piza – CEP 86.041-140 - Londrina /PR
Adv. Exequente Ricardo Laffranchi (OAB/PR 30.909/A); Roberto Laffranchi (OAB/SP 36.408)(mov. 1.1 fls. 09); Mateus Occulati de Castro ((OAB/SP 221.262) (mov. 1.1 fls. 12)
Executado (a) (CPF/CNPJ) **CLEIDE APARECIDA TAGLIARI TORRECILHA (CPF 328.536.539-00)** (fl.01)
Endereço Executado: Rua Sergipe nº 950, Centro – Londrina/PR CEP 86.010-380 (mov. 27.1 fls. 394)
Depositário Fiel Cleide Aparecida Tagliari Torrecilha (mov. 16.1 fls. 188)
Endereço da Guarda Rua Sergipe nº 950, Centro - Londrina/PR (mov. 88.1, fls. 321).
Penhora realizada – data/fls 21/10/2015 (mov. 16.1 fls. 188)
Débito Primitivo - data/fls R\$ 6.361,51 - 31/03/2017 (mov. 108.2 fls. 358/361)
Débito Atualizado - data/fls R\$ 6.640,92 – 26/10/2017
Qualificação do(s) Bem (ns)R\$ 593.692,93
25% da Data de terras nº 10, da quadra nº 63, com a área de 562,50m2, localizado na Rua Sergipe nº 950, centro desta cidade Londrina, contendo como Benfeitorias a área total construída de 807,96m2: Parte Térrea Frontal – duas salas comerciais com aprox. 30,00m2 cada, divisórias internas, banheiro, copa/cozinha, escritórios, vestuários, forro PVC, piso cerâmico; PARTE SUPERIOR – Com acesso por porta e escada lateral, contendo oito salas comerciais, banheiros, piso cerâmico, forro laje. Estando tudo em bom estado de uso e conservação, com demais características e confrontações constantes dos autos, da Inscrição Municipal nº 01.03.0002.5.0299.0001/004 e da matrícula nº 10.004 do Cartório de Registro de Imóveis do 2º Ofício desta cidade e Comarca. Venda "Ad Corpus".
Avaliação Primitiva - data/fls R\$ 557.031,25 - 06/12/2016 (mov. 88.1 fls.321/322)
Avaliação Atualizada - data/fls R\$ 593.692,93 – 26/10/2017

ONUS IPTU: R\$ 1.361,72 até 24/11/2017

ÔNUS MATRÍCULA:

R-1/10.004 – FORMAL DE PARTILHA - Nome do Transmitedor: Espólio do Sr. Angelo Tagliari, nomes dos Adquirentes: 1) Clemente Tagliari, solteiro (CPF 320.437.327/49; 2) Sra. Cleide Aparecida Tagliari Torrecilha (CPF 328.536.539/00, casada com o Sr. José Carlos Torrecilha (CPF 086.855.509/68, domiciliados em Cambé; 3) Antonio Francisco Tagliari, solteiro (CPF 328.178.869/68); 4) João Pedro Tagliari, solteiro (CPF 364.271.529/04)
R-2/10.004 – CONTRATO DE LOCAÇÃO – Locadores: Clemente Tagliari, Cleide Aparecida Tagliari Torrecilha; Antonio Francisco Tagliari; Antonio Francisco Tagliari; LOCATARIO: Closs & Bertin Ltda.
R.3/10.004 - PENHORA – Autos: 126/97, 7ª Vara Cível de Londrina, Executados: Clemente; Cleide Aparecida Tagliari Torrecilha, Exequente: Município de Londrina.
R.5/10.004 – PENHORA – Executados: João Pedro Tagliari, Exequente: Instituição Comunitária de Crédito de Londrina – Casa do Empreendedor. 1ª Vara Cível de Londrina, passado nos autos nº 819/02 Execução Extrajudicial.
R.9/10.004 – PENHORA - Executada: Cleide Aparecida Tagliari Torrecilha, Exequente: Unopar – União Norte Do Paraná, Autos: 0016555-59.2005.8.16.0014 - 3ª Vara Cível de Londrina.

LEILOEIRO: através do PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação, pagos pelo arrematante; 2% sobre o valor da avaliação nos casos de adjudicação, pagos pelo exequente; 2% sobre o valor do bem ou da dívida (o que for menor) nos casos de acordo ou pagamento, pagos respectivamente pelo executado.

AD-CAUTELAM: fica(m) o(s) devedor(es) **CLEIDE APARECIDA TAGLIARI TORRECILHA (CPF 328.536.539-00)** e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/prança no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) pessoalmente para a intimação.

OBSERVAÇÕES:

Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções. Nos imóveis a venda é "ad-corpus";

As IMAGENS no SITE e INFORMES PUBLICITÁRIO são de caráter secundário e efeito estritamente ilustrativo; Ainda, é de total responsabilidade dos Arrematantes o pagamento de TODOS os ônus e impostos, tais como ICMS, ITBI e outros que incidam sobre a venda;

Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;

Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão, Os participantes do Leilão estarão sujeitos ao Artigo 335 do Código Penal, contra aqueles que impedirem, perturbarem, fraudarem,afastarem ou procurarem afastar licitantes por meios ilícitos, com os agravantes dos crimes praticados contra a ordem pública e violência;

Intime-se pessoalmente a parte executada e respectivo cônjuge (no caso de bem imóvel), se existente, acerca das datas designada, inclusive dando ciência de que poderão remir a execução, nos termos do artigo 826 do Código de Processo Civil. Casos não sejam encontrados, ter-se-ão como válidas as intimações por edital

Intimem-se os eventuais credores com garantia real ou penhora anteriormente averbada e que não seja parte na execução, bem como demais interessados, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data do primeiro leilão, para os fins do disposto nos artigos 804 e 889, do Código de Processo Civil, sob pena de se ter por ineficaz, quanto a eles, eventual arrematação realizada.

Ficam intimada(os) as(os) executada(os) de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recursos começará a fluir após a realização da Hasta Pública, independentemente de nova intimação e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive despesas do Sr. Leiloeiro para a realização dos atos.

Londrina, 08/12/2017. Eu _____, Funcionário Juramentado, subscrivi.

JULIANA TRIGO DE ARAÚJO CONCEIÇÃO
JUÍZ(A) SUBSTITUTO(A)

LE0014CV0035449

Edital de leilão do bem penhorado do devedor **MARIA NAEMI KISHI (CPF 611.073.529-91)** e possibilidade de arrematação da seguinte forma:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia **05 de Fevereiro de 2018 às 09h30min**, que se realizará na Rua Minas Gerais, 297 – Ed. Palácio do Comércio, nesta cidade, por lance não inferior ao valor da avaliação. Na hipótese da não realização dos leilões nas datas designadas por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para sua realização.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia **23 de Fevereiro de 2018 às 09h30min**, que se realizará na Rua Minas Gerais, 297 – Ed. Palácio do Comércio, nesta cidade, subsequente, no caso de não haver interessados na hasta anterior e será vendido pela melhor oferta, ressalvado os casos de preço vil, nos termos do artigo 891 do Código de Processo Civil. Na hipótese da não realização dos leilões nas datas designadas por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia subsequente para sua realização.

Autos nº.	0036384-74.2015.8.16.0014 – Cumprimento de Sentença
Autos	3ª Vara Cível de Londrina
Exequente (CPF/CNPJ) (01)	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL ILHA DE PAQUETÁ (CNPJ
01.007.450/0001-79) (fl. 01)	
Adv. Exequente	Karina Manarin de Souza Batista (OAB/PR 31.269) e Leonardo
Manarin de Souza (OAB/PR 37.438) (mov. 1.2 fls. 06)	
Executado (a) (CPF/CNPJ) (01)	MARIA NAEMI KISHI (CPF 611.073.529-91) (fl..01)
Endereço Executado (a)	Rua Henrique dos Santos nº 70, Apto. 101 – Vila Higienópolis –
Londrina/PR. CEP 86.015-160 (mov. 1.1 fls. 03)	
Adv. Executado	Karen Yumi Shigueoka (OAB/PR 49.585), Fernanda Nishida Xavier
da Silva (OAB/PR 41.583) e Gabriel Nogueira Miranda (OAB/PR 51.352) (mov. 35.2 fls. 99 e Mov. 44.2 fls. 127)	
Depositário Fiel	Maria Naemi Kishi Yamamoto (mov. 137.1fls. 287)
Endereço da Guarda	Rua Henrique dos Santos nº 70, Apto. 101 - Londrina/PR (mov.
137.1 fls. 287). CEP 86.015-160	
Penhora realizada – data/fls	05/07/2017 (mov. 137.1fls. 287).
Débito Primitivo - data/fls	R\$ 24.253,40 de 12/05/2017 (mov. 127.2fls. 266/269)
Débito Atualizado - data/fls	R\$ 25.609,32 de 30/11/2017
Qualificação do(s) Bem (ns)	R\$ 182.372,46

Apartamento nº 101, tipo A, situado no 1º pavimento superior, do Residencial Ilha de Paquetá, localizado à Rua Henrique dos Santos nº 70, nesta cidade, medindo área de 54,741 m2, sendo 42,22 m2 de área de uso exclusivo e 12,521 m2 de área de uso comum, correspondendo ao apartamento 13,8675 m2, de área ideal do terreno ou 0,032068% de fração ideal do terreno, com as seguintes divisas e confrontações: Ao Sul, com o recuo junto a Rua Henrique dos Santos, ao Norte, com os apartamentos de final “4”, hall de entrada dos apartamentos, escadas e poço do elevador, a Leste, com parte dos apartamentos de final “4”, e a Oeste, com apartamentos de final “2”. Matrícula nº 86.399 do Registro de Imóveis - 1º Ofício da Comarca de Londrina/PR. O referido apartamento possui uma sala, dois dormitórios com piso laminado, área de circulação com piso laminado danificada, cozinha com piso cerâmico conjugada com lavanderia e um banheiro com Box de acrílico, contendo infiltrações. Além disso, possui uma vaga de garagem. Venda “Ad Corpus”.

Avaliação Primitiva - data/fls	R\$ 182.000,00 de 05/10/2017 (mov. 156.1fls.320/3212).
Avaliação Atualizada - data/fls	R\$ 182.372,46 de 30/11/2017

ONUS IPTU: R\$ 635,11 até 29/11/2017

ÔNUS MATRÍCULA:

R.3/86.399 – Prenot.nº 348.951 – PENHORA – Este imóvel está penhorado em Cumprimento de Sentença – processo nº 0036384-74.2015.8.16.0014 da 3ª Vara Cível da Comarca de Londrina/PR. EXECUTADO: MARIA NAEMI KISHI. EXEQUENTE: CONDOMINIO RESIDENCIAL ILHA DE PAQUETÁ

LEILOEIRO: através do **PAULO ROBERTO NAKAKOGUE**, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação, pagos pelo arrematante; 2% sobre o valor da avaliação nos casos de adjudicação, pagos pelo exequente; 2% sobre o valor do bem ou da dívida (o que for menor) nos casos de acordo ou pagamento, pagos respectivamente pelo executado.

AD-CAUTELAM: fica(m) o(s) devedor(es) **MARIA NAEMI KISHI (CPF 611.073.529-91)** e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/prança no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) pessoalmente para a intimação.

OBSERVAÇÕES:

Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções. Nos imóveis a venda é “ad-corpus”;

As **IMAGENS** no **SITE** e **INFORMES PUBLICITÁRIO** são de caráter secundário e efeito estritamente ilustrativo; Ainda, é de total responsabilidade dos Arrematantes o pagamento de **TODOS** os ônus e impostos, tais como ICMS, ITBI e outros que incidam sobre a venda;

Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;

Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão, Os participantes do Leilão estarão sujeitos ao Artigo 335 do Código Penal, contra aqueles que impedirem, perturbarem, fraudarem,afastarem ou procurarem afastar licitantes por meios ilícitos, com os agravantes dos crimes praticados contra a ordem pública e violência;

Intime-se pessoalmente a parte executada e respectivo cônjuge (no caso de bem imóvel), se existente, acerca das datas designada, inclusive dando ciência de que poderão remir a execução, nos termos do artigo 826 do Código de Processo Civil. Casos não sejam encontrados, ter-se-ão como válidas as intimações por edital

Intimem-se os eventuais credores com garantia real ou penhora anteriormente averbada e que não seja parte na execução, bem como demais interessados, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data do primeiro leilão, para os fins do disposto nos artigos 804 e 889, do Código de Processo Civil, sob pena de se ter por ineficaz, quanto a eles, eventual arrematação realizada.

Ficam intimada(os) as(os) executada(os) de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recursos começará a fluir após a realização da Hasta Pública, independentemente de nova intimação e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive despesas do Sr. Leiloeiro para a realização dos atos.

Londrina, 08/12/2017. Eu _____, Funcionário Juramentado, substituí

JULIANA TRIGO DE ARAÚJO CONCEIÇÃO
JUIZ(A) SUBSTITUTO(A)

PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA OITAVA VARA CÍVEL DA COMARCA DE LONDRINA - ESTADO DO PARANÁ.

Processo: 0001776-50.2015.8.16.0014
Classe Processual: Emissão de Posee
Assunto Principal: Reivindicação
Valor da Causa: R\$ 35.242,92
Autor (s): MARIA DE ARAUJO GASPAR (CPF/CNPJ:023.269.759-01)
Réu (s): JOSÉ ERIVALDO DA SILVA (RG:41416173 SSP/PR e
CPF/CNPJ:673.818.809-97)

Pelo presente se faz saber a todos, que sera levado a arrematação em 1ª e 2ª praças, o bem de propriedade do devedor, na seguinte forma:

1ª PRAÇA: Dia 05 de Fevereiro de 2018 às 09h30min, por preço não inferior ao da avaliação

2ª PRAÇA: Dia 23 de Fevereiro de 2018 às 09h30min, para venda a quem mais der, não sendo aceito preço vil (preço inferior a 60% sessenta por cento) do valor atualizado da avaliação.

OBS.: caso o(s) dias(s) acima designado(s) caia(m) em feriado, por qualquer motivo decretado, o ato realizar-se-á no 1º dia útil seguinte.

Local: Rua Minas Gerais, 297, 2º Andar – Ed. Palácio do Comércio - Londrina-Pr.

Leilão Eletrônico: O Edital de Leilão e o bem estarão disponíveis para lances pelo sítio www.nakakoqueleiloes.com.br, no mínimo 1 dias antes da data designada para primeir apraça.

BEM:R\$ 108.000,00

Data nº 25 (vinte e cinco) da quadra nº 06 (seis), com 250,01 m2, situado no Parque Universitário II, desta cidade, com as seguintes divisas: Pela frente confrontando com a rua "F", numa largura de 10,49 metros, de um lado, confrontando com a data 24, numa extensão de 25,00 metros, de outro lado confrontando com a data nº 26, numa extensão de 25,00 metros; e aos fundos confrontando com partes das datas nºs. 15 e 16, numa largura de 9,51 metros. **Benfeitorias: I)** Uma construção de uma residência de alvenaria, com forro de madeira e cobertura de telhas Eternit, dispoendo de uma sala, três dormitórios, cozinha e dois banheiros, tudo em piso cerâmico, péssimo estado de conservação, faltando acabamentos pintura, parte do forro. Construção simples e de baixo padrão construtivo. Aproximadamente 60,00m2 com área coberta. **II)** Uma edícula de alvenaria, sem reboco, medindo aproximadamente 29,00 m², com cobertura de telhas e barro, sem forro, dispoendo de uma sala, um dormitório e um banheiro, tudo com piso de cimento. Imóvel em péssimo estado de conservação, precisando de reformas. **Matricula nº 29.915** do Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício de Londrina. Venda "Ad Corpus".

Observação: Foi determinado o registro da co-propriedade do imóvel objeto desta matrícula, na fração de 50% para Maria Araújo Gaspar e 50% para José Erivaldo da Silva, determinada em audiência de 09.10.2015

AVALIAÇÃO DO BEM: R\$ 81.000,00 - 20/06/2017 atualizado até 27.11.2017 R\$ 81.289,54

VALOR DO DÉBITO: R\$

ÔNUS/MENÇÃO: Nada consta.

DEPÓSITO DOS BENS: em mãos de José Erivaldo da Silva – Rua Manoel Duarte Bilhão, , n 153, Bairro Colinas, Londrina-Pr.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Entrada à vista no valor de 25% (vinte e cinco por cento) da arrematação e saldo parcelado em no máximo 30 prestações, sendo que a proposta de **pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as proposta de pagamento parcelado (CPC, art. 895, §7º).**

GARANTIA: Hipoteca do Próprio bem (para móveis: caução real ou fidejussória; para imóveis: deverá ser a hipoteca do próprio bem).

DEPÓSITO DO VALOR DA ARREMATACÃO: O arrematante deverá depositar integralmente o preço em conta judicial vinculada ao processo, junto à Caixa Econômica Federal (PAB 2711 – Fórum Londrina) no dia do leilão ou, no máximo, até o dia útil seguinte.

INTIMAÇÃO: Fica desde logo intimada a devedora, se porventura não for encontrada para intimação pessoal, se necessária.

PUBLICAÇÕES: O presente edital será publicado nos sítios do TJ-PR (e-DJ), bem como do leiloeiro (www.nakakoqueleiloes.com.br) a partir de 20(vinte) dias antes do leilão.

LEILOEIRO: Através do leiloeiro **PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeirooficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: – em caso de arrematação em 5% sobre valor da arrematação, a ser pago pelo arrematante; Desde que efetivamente comprovado o início dos trabalhos, caso sobrevenha hipótese de Adjudicação, remição ou acordo, a comissão será de 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação e será devida, em qualquer caso, pela parte executada.**

AD-CAUTELAM: fica(m) o(s) devedore(s) e seu(s) cônjuge(s) de casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realiação dos leilões/prança no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) pessoalmente para intimação.

OBSERVAÇÕES:

1 - Na hipótese da não realização dos leilões nas datas designadas por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para sua realização.

2 – Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistencias, cancelamento ou devoluções. Nos Imóveis a Venda é "Ad Corpus";

3 - **IMAGENS no SITE e INFORMES PUBLICITÁRIO** são de caráter secundário e efeito estritamente ilustrativo

4 – Incube ao leiloeiro atentar-se, que por força de lei, quando se tratar de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou cônjuge alheio á execução recairá sobre o produto da alienação do bem (CPC, art. 843), logo é vedado levar a efeito expropriação por preço inferior ao da avaliação na qua o valor auferido seja incapaz de garantir, ao coproprietário ou ao cônjuge alheio á execução, o correspondente à sua quota-parte calculado sobre o valor da avaliação (CPC, art. 843, § 2º).

5 – AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (CPC, art. 885) para o caso de interessados em adquirir o bem em prestações, desde que apresentadas as propostas no prazo do art. 885), são: Bens avaliados em até

R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais): 25% (vinte e cinco por cento) do valor da arrematação a título de entrada e máximo de mais 6 (seis) prestações. Bens avaliados em R\$ 7.500,01 e R\$ 20.000,00: 25% (vinte e cinco por cento) do valor da arrematação a título de entrada e máximo de mais 10 (dez prestações). Bens avaliados entre R\$20.000,01 e R\$ 50.000,00: 25% (vinte e cinco por cento) do valor da arrematação a título de entrada e máximo de mais 20 (vinte prestações). Bens com valor de avaliação superior a R\$ 50.000,01: 25% (vinte e cinco por cento) do valor da arrematação a título de entrada e máximo de mais 30 (trinta prestações).

6 – A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado (CPC, art. 895, § 7º).

7 - **As GARANTIAS (CPC, art. 885) que poderão ser prestadas pelo arrematante são (CPC, art. 895, § 1º) : Para MÓVEIS, caução idônea real ou fidejussória; Para IMÓVEIS deverá ser a hipoteca do próprio bem.**

8 - O arrematante deverá depositar integralmente o preço em conta judicial vinculada ao processo, junto a Caixa Econômica Federal (**PAB 2711 – Fórum Londrina**) no dia do leilão ou no máximo, até o dia útil seguinte.

9 - Os arrematantes adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), **IPVA**, licenciamento, inclusive aqueles da natureza **PROPTER REM** (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.

10 – É de total responsabilidade dos Arrematantes o pagamento de TODOS os impostos, tais como ICMS, ITI e outros que incidam sobre a venda;

11 – Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra, as condições do último lançador;

12 – Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,

13 – Os participantes do Leilão estarão sujeitos ao Artigo 335 do CPC, contra aqueles que impedirem, perturbarem, fraudarem, afastarem ou procurarem afastar licitantes por meios ilícitos, com os agravantes dos crimes praticados contra a ordem pública e violência;

14 – Ficam intimada(os) as (os) executados(os) de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação com embargos ou recursos começará a fluir após a realização da Hasta Pública independentemente de nova Intimação e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 651 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive despesas do Sr. Leiloeiro para a realização dos atos.

15 – Caso os Exequentes, Executados, Sócios/ Equiparados e Cônjuges, bem assim os credores hipotecários e alienantes fiduciários não sejam encontrados ou cientificados, por qualquer razão, da data de Praça e Leilão, valerá o presente Edital de Intimação de Praça e Leilão.

Londrina, 01 de Dezembro de 2017. Eu, Regiane Rossi, funcionária juramentada, o digitei.

MATHEUS ORLANDI MENDES
JUIZ DE DIREITO

Assinado digitalmente, nos termos da Lei nº 11.419/2006

PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA OITAVA VARA CÍVEL DA COMARCA DE LONDRINA - ESTADO DO PARANÁ.

Processo: 0044370-26.2008.16.0014 (988/2008) –
Classe Processual: Execução de Título Extrajudicial
Assunto Principal: Espécies de Títulos de Crédito.
Valor da Causa: R\$ 42.904,28
Exequente: BANCO BRADESCO S/A (CNPJ 60.746.948/0001-12)
Executado (s): CLEMENIS LOPES DE MENEZES (CPF 206.700.449-20)
ESPÓLIO ELAINE DE PAULA MENEZES (CPF Não Cadastrado)
FERNANDA DE PAULA (CPF n/cadastrado)
MENEZES EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/S LTDA. (CNPJ 78.974.680/70001-31)
Terceiros: Município de Londrina/PR (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-10)
NELSON SANCHES (CPF/CNPJ: 467.529.279-87).

Pelo presente se faz saber a todos, que sera levado a arrematação em 1ª e 2ª praças, o bem de propriedade do devedor, na seguinte forma:

1ª PRAÇA: Dia 05 de Fevereiro de 2018 às 09h30min, por preço não inferior ao da avaliação. Tão somente na modalidade eletrônica, mediante cadastro prévio no site do leiloeiro (estando aberto para lances online a partir do quinto dia que antecede a data) – ALIENAÇÃO JUDICIAL POR MEIO ELETRÔNICO – SITE: www.nakakoqueleiloes.com.br.

2ª PRAÇA: Dia 23 de Fevereiro de 2018 às 09h30min, para venda a quem mais der, não sendo aceito preço vil (preço inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor atualizado da avaliação) – Artigo 891, parágrafo único do Novo CPC, apenas na modalidade eletrônica (mediante cadastro prévio no site do leiloeiro). ALIENAÇÃO JUDICIAL POR MEIO ELETRÔNICO – SITE: www.nakakoqueleiloes.com.br.

OBS.: caso o(s) dias(s) acima designado(s) caia(m) em feriado, por qualquer motivo decretado, o ato realizar-se-á no 1º dia útil seguinte.

Local: Rua Minas Gerais, 297, 2º Andar – Ed. Palácio do Comércio - Londrina-Pr.

Leilão Eletrônico: ALIENAÇÃO JUDICIAL POR MEIO ELETRÔNICO www.nakakoqueleiloes.com.br.

Qualificação do(s) Bem(ns) **R\$ 108.000,00**
Data nº 43 (quarenta e três) da quadra nº 19 (dezenove), com 360,00 m2, situado no Jardim Columbia Seção "B", desta cidade, com as seguintes divisas: Frente para a Rua "J", com 12,00 metros; fundos com data 14, com 12,00 metros; lado esquerdo, com data nº 44, com 30,00 metros; lado direito com data nº 42 com 30,00 metros. O lote de terras em foco possui topografia plana, com leve declive aos fundos. **Beneficiárias:** não consta. **Matriculas nº 46.040**, de Registro de Imóveis do 1º Ofício de Londrina. Venda "Ad corpus".
Avaliação Atualizada - data/fls **R\$ 108.000,00 - 18/04/2017 (mov. 315.1 fls. 556/557)**

AVALIAÇÃO DO BEM: R\$ 108.000,00 em 18/04/2017.

VALOR DO DÉBITO: R\$ 164.272,71, estimativa em 29/09/2017 – mais custas processuais e despesas com publicação de edital.

ÔNUS/MENSÃO: Consta debito junto a Prefeitura de Londrina a título de IPTU – R\$ 10.472,54 – atualizada em 18.05.2017 e Taxa de Verificação R\$ 120,81 – atualizada até 18.05.2017; Débitos junto a Receita Estadual – R\$ 4.407,10 – atualizado até 15.05.2017; Consta Penhora junto ao autos 0079748-04.2012.8.16.0014 de Execução Fiscal, onde são partes Município de Londrina contra Elaine de Paula Menezes, junto ao Cartório da 2ª Vara de Execução Fiscal de Londrina/Pr.

DEPÓSITO DOS BENS: em mãos Cleomenis Lopes de Menezes – Rua Sergipe, n 1.070, apt. 501, Londrina-Pr.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Entrada à vista no valor de 25% (vinte e cinco por cento) da arrematação e saldo parcelado em no máximo 30 prestações, sendo que a proposta de **pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as proposta de pagamento parcelado** (CPC, art. 895, §7º).

GARANTIA: Hipoteca do Próprio bem (**para móveis:** caução real ou fidejussória; **para imóveis:** deverá ser a hipoteca do próprio bem).

DEPÓSITO DO VALOR DA ARREMATAÇÃO: O arrematante deverá depositar integralmente o preço em conta judicial vinculada ao processo, junto à Caixa Econômica Federal (PAB 2711 – Fórum Londrina) no dia do leilão ou, no máximo, até o dia útil seguinte.

INTIMAÇÃO: Fica desde logo intimada a devedora, se porventura não for encontrada para intimação pessoal, se necessária.

PUBLICAÇÕES: O presente edital será publicado nos sítios do TJ-PR (e-DJ), bem como do leiloeiro (www.nakakoqueleiloes.com.br) a partir de 20(vinte) dias antes do leilão.

LEILOEIRO: Através do leiloeiro **PAULO ROBERTO NAKAKOGUE**, leiloeirooficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: – em caso de arrematação em 5% sobre valor da arrematação, a ser pago pelo arrematante; Desde que efetivamente comprovado o início dos trabalhos, caso sobrevenha hipótese de Adjudicação, remição ou acordo, a comissão será de 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação e será devida, em qualquer caso, pela parte executada.

AD-CAUTELAM: fica(m) o(s) devedore(s) e seu(s) cônjuge(s) de casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realiação dos leilões/prança no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) pessoalmente para intimação.

OBSERVAÇÕES:

1 - Na hipótese da não realização dos leilões nas datas designadas por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para sua realização.

2 - Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções. Nos Imóveis a Venda é "Ad Corpus";

3 - **IMAGENS NO SITE e INFORMES PUBLICITÁRIO** são de caráter secundário e efeito estritamente ilustrativo

4 - Incube ao leiloeiro atentar-se, que por força de lei, quando se tratar de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou cônjuge alheio á execução recairá sobre o produto da alienação do bem (CPC, art. 843), logo é vedado levar a efeito expropriação por preço inferior ao da avaliação na qua o valor auferido seja incapaz de garantir, ao coproprietário ou ao cônjuge alheio á execução, o correspondente à sua quota-parte calculado sobre o valor da avaliação (CPC, art. 843, § 2º).

5 - AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (CPC, art. 885) para o caso de interessados em adquirir o bem em prestações, desde que apresentadas as propostas no prazo do art. 885), são: Bens avaliados em até R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais): 25% (vinte e cinco por cento) do valor da arrematação a título

de entrada e máximo de mais 6 (seis) prestações. Bens avaliados em R\$ 7.500,01 e R\$ 20.000,00: 25% (vinte e cinco por cento) do valor da arrematação a título de entrada e máximo de mais 10 (dez prestações). Bens avaliados entre R\$20.000,01 e R\$ 50.000,00: 25% (vinte e cinco por cento) do valor da arrematação a título de entrada e máximo de mais 20 (vinte prestações). Bens com valor de avaliação superior a R\$ 50.000,01: 25% (vinte e cinco por cento) do valor da arrematação a título de entrada e máximo de mais 30 (trinta prestações).

6 – A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado (CPC, art. 895, § 7º).

7 - **As GARANTIAS (CPC, art. 885)** que poderão ser prestadas pelo arrematante são **(CPC, art. 895, § 1º)** : Para **MÓVEIS**, caução idônea real ou fidejussória; Para **IMÓVEIS** deverá ser a hipoteca do próprio bem.

8 - O arrematante deverá depositar integralmente o preço em conta judicial vinculada ao processo, junto a Caixa Econômica Federal (**PAB 2711 – Fórum Londrina**) no dia do leilão ou no máximo, até o dia útil seguinte.

9 - Os arrematantes adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (**IPU** e contribuição de melhoria), **IPVA**, licenciamento, inclusive aqueles da natureza **PROPTER REM** (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.

10 – É de total responsabilidade dos Arrematantes o pagamento de **TODOS** os impostos, tais como ICMS, ITI e outros que incidam sobre a venda;

11 – Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra, as condições do último lançador;

12 – Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão.

13 – Os participantes do Leilão estarão sujeitos ao Artigo 335 do CPC, contra aqueles que impedirem, perturbarem, fraudarem, afastarem ou procurarem afastar licitantes por meios ilícitos, com os agravantes dos crimes praticados contra a ordem pública e violência;

14 – Ficam intimada(os) as (os) executados(os) de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação com embargos ou recursos começará a fluir após a realização da Hasta Pública independentemente de nova Intimação e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 651 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive despesas do Sr. Leiloeiro para a realização dos atos.

15 – Caso os Exequentes, Executados, Sócios/ Equiparados e Cônjuges, bem assim os credores hipotecários e alienantes fiduciários não sejam encontrados ou cientificados, por qualquer razão, da data de Praça e Leilão, valerá o presente Edital de Intimação de Praça e Leilão.

Londrina, 24 de Novembro de 2017. Eu, Regiane Rossi, funcionária juramentada, o digitei.

MATHEUS ORLANDI MENDES
JUIZ DE DIREITO

Assinado digitalmente, nos termos da Lei nº 11.419/2006